



MENSAGEM LEGISLATIVA Nº 125, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021.

Excelentíssimo Senhor

MARCELO JOSÉ BURGEL

M. D. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Exmos. Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis

Dirijo-me a Vossas Excelências, respeitosamente, na figura de Chefe do Poder do Executivo e pelos poderes a mim conferidos pela Lei Orgânica do Município, para encaminhar o **Projeto de Lei nº 114/2021**, que conta com a seguinte ementa:

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 637, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À POLÍTICA DO IDOSO - FUMAPI E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei que acrescenta um representante da Secretaria Municipal de Finanças na composição do Conselho Municipal do Idoso e determina as atribuições do Fundo Municipal de Apoio à Política do Idoso – FUMAPI.

Câmara Municipal Campo Novo do Parecis

Data: 25/11/2021 Hora: 15:56

Espécie: IDENTIFICAÇÃO

Autoria: PODER EXECUTIVO

00491/2021

Av. Mato Grosso, 66
CNPJ 24.772.287/0001

000 | Campo Novo do Parecis | MT

Fone (65) 3382-5100 | www.campoonovodoparecis.mt.gov.br.

Assunto: Mensagem Legislativa nº 125, de 25 de novembro de 2021 Projeto de Lei nº 114/2021.



Todo Fundo Municipal criado deve, obrigatoriamente, ter um CNPJ independente e para isto é necessário constar na Lei de criação do Fundo quais são as atribuições do Fundo e de seu gestor.

Ocorre, que a presente Lei não contempla essa segunda exigência, sendo certo que a Lei Municipal nº 637/1998, criou o fundo, determinou de onde os recursos seriam provenientes, mas não deu atribuição ao mesmo, e por este motivo a Receita Federal já enviou uma negativa em uma tentativa de cadastro de CNPJ que foi feito, justamente alegando a ausência da atribuição do gestor e do fundo.

Sendo assim, considerando o interesse publico cristalino demonstrado no presente Projeto de Lei, elaborado em conformidade com a legislação vigente, prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares a manifestação do meu singular apreço, encaminhando-lhes o presente Projeto de Lei para análise e, posterior, aprovação.


RAFAEL MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL



PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 114, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 637, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À POLÍTICA DO IDOSO - FUMAPI E, DÁ OUTRAS

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Altera os incisos I e V e cria o inciso VI, todos no art. 2º da Lei Municipal nº 637/1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. (...)

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - (...)

III - (...)

IV - (...)

V - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

VI - 5 (cinco) representantes da Sociedade Civil indicados pelas seguintes entidades:

a) 1 (um) representante do Lions Clube de Campo Novo do Parecis;

b) 1 (um) representante do Rotary Club Campo Novo do



Parecis;

c) 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Novo do Parecis;

d) 1 (um) representante da Pastoral do Idoso - Igreja Católica;

e) 1 (um) representante da associação do Grupo da Melhor Idade REVIVER.

Art. 2º. Cria o artigo 10-A na Lei Municipal nº 637/1998, que contará com a seguinte redação:

Art. 10-A. Compete ao Fundo Municipal e seu administrador:

I - Gerir o Fundo Municipal de Apoio à Política do Idoso - FUMAPI;

II - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefícios dos idosos pelo Estado ou pela União;

III - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao Fundo;

IV - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito do Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal;

V - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício dos idosos, nos termos das resoluções Conselho Municipal;

VI - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos dos idosos, segundo as resoluções do Conselho Municipal.

Justiça



Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal, no dia 25 de novembro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpre-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração